



CONGRESSO NAMIRA

DESTAQUES DA SEMANA



☎ 61 3321 0242/5349 🌐 FENAJUD.ORG.BR

SCS, Qd. 01, Bc K, Ed Denasa, 9º andar, sala 903 - Brasília-DF

📷 📺 📺 @fenajud



CONJUNTURA POLÍTICA

No Executivo, nesta segunda-feira (07), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva coordena uma reunião com ministros e líderes políticos, no Palácio do Planalto, com o objetivo de **discutir a articulação política e definir as prioridades do governo na pauta do Congresso Nacional**. Entre os temas centrais que devem ser tratados na reunião, destacam-se: **as eleições municipais** e os seus impactos na articulação política, especialmente na construção de apoio para as pautas prioritárias do governo. Outro ponto importante é a **reforma tributária**, considerada uma das principais iniciativas para contribuir para o desenvolvimento econômico do país. Por fim, a **indicação do economista Gabriel Galípolo para o Banco Central**.

Na sexta-feira (11), o presidente Lula participará da cerimônia do Minha Casa, Minha Vida - MCMV, em Fortaleza. **Depois, o presidente Lula anunciará a expansão do Pé de Meia, ao lado do ministro da Educação, Camilo Santana, e do governador do Ceará, Elmano de Freitas (PT)**.

As atividades legislativas nesta semana tendem a ser intensas, sobretudo após a realização do primeiro turno das eleições. A **Câmara dos Deputados** tem como principal objetivo **finalizar a votação do projeto que institui o Comitê Gestor para a Reforma Tributária**. Já no **Senado**, as atenções estão voltadas para a **análise da indicação de Gabriel Galípolo à presidência do Banco Central**.

Na Câmara, nesta terça-feira (08), a CCJC pode deliberar a projeto que concede anistia a manifestantes, a **PEC 28/2024**, para estabelecer o julgamento de referendo de liminares pelo colegiado de Tribunal, bem como criar hipótese de sustação de decisão do Supremo Tribunal Federal e a **PEC 8/2021**, para dispor sobre a declaração de inconstitucionalidade e a concessão de medidas cautelares nos tribunais. Também consta na pauta o **PL 4754/2016**, que tipifica crime de responsabilidade dos Ministros do Supremo Tribunal Federal a usurpação de competência do Poder Legislativo ou do Poder Executivo.

No **Senado**, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realizará audiências na terça e quarta-feira (08 e 09), sempre às 14h, para tratar sobre o Imposto Seletivo, de iniciativa do grupo de trabalho para tratar sobre a regulamentação da Reforma Tributária (PLP 68/2024).

No Judiciário, o julgamento sobre quebra de sigilo de usuários indeterminados do Google, consta na pauta do STF. Além disso, a reunião do ministro (STF) Flávio Dino com os líderes do Congresso Nacional sobre as emendas parlamentares, será acompanhada de perto pelo governo.



ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CSAUDE vota exame médico pelo SUS para candidato de baixa renda em concurso público: a Comissão de Saúde (CSAUDE) se reúne nesta quarta-feira (09), às 09h30, no anexo II, plenário 07, para deliberar os itens da pauta. Entre eles destaca-se o [parecer](#) da deputada Rogéria Santos (REPUBLIC/BA) pela aprovação do [PL 4924/2020](#), e das emendas nºs 1, 2, 3 e 4 adotadas pela CTAB, que dispõe sobre a realização pelo Sistema Único de Saúde (SUS) de exames médicos exigidos em concurso público para os candidatos que comprovem sua condição de hipossuficiência no momento da inscrição no certame.

CCJC poderá votar regulação de medidas cautelares e declaração de inconstitucionalidade e da possibilidade de sustação de decisões do STF: a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) se reúne nesta terça-feira (08), às 15h, no plenário 01, e poderá votar a [PEC 8/2021](#), que trata da regulação de medidas cautelares e declaração de inconstitucionalidade, [PEC 28/2024](#), que trata da possibilidade de sustação de decisões do STF. Os deputados Filipe Barros (PL/PR) e Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL/SP), relatores das propostas, respectivamente, ainda não apresentaram seus pareceres sobre a admissibilidade. Consta ainda na pauta o [PL 4754/2016](#), o projeto que impede o STF de decidir sobre temas de competência do Legislativo. O [parecer](#) do deputado Alfredo Gaspar (UNIÃO/AL) é pela aprovação, com substitutivo.

CASP vota debate sobre a precarização no Sistema de Justiça Brasileira: a Comissão de Administração e Serviço Público (CASP) se reúne nesta terça-feira (08), às 15h, no anexo II, plenário 08, para deliberar os itens constantes em pauta. Entre eles, destaca-se o [REQ 90/2024](#), que solicita a realização de audiência pública para debater a precarização dos quadros técnicos no Sistema de Justiça Brasileiro. Para participar da mesa de debates, é sugerido um **representante da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário nos Estados (Fenajud)**. Além disso, também está na pauta o [REQ 91/2024](#), que requer a realização de Audiência Pública para promover o Move -

Movimento Eficiência, uma articulação pela valorização dos Serviços Públicos.

Priorização do pagamento de salários no serviço público retorna à pauta da CASP: a Comissão de Administração e Serviço Público (CASP) realizará nesta terça-feira (08), às 15h, no plenário 08, reunião deliberativa para votação dos itens constantes em pauta, destacando-se o [PLP 194/2019](#), que confere tratamento especial ao pagamento das despesas com pessoal na União, nos Estados e Distrito Federal e nos Municípios. A deputada Sâmia Bomfim (PSOL/SP), apresentou [parecer](#) favorável ao projeto. Durante a última reunião deliberativa do dia 18/06, a Deputada Adriana Ventura (NOVO/SP) havia pedido vistas.

CCJC poderá votar projeto que estabelece prazos em dias úteis nos Processos Administrativo: consta na pauta desta quarta-feira (09), às 11h, no plenário 01, o [PL 4154/2019](#), que altera Lei do Processo Administrativo Federal, para estabelecer a contagem de prazos em dias úteis e sua suspensão no período de 20 de dezembro a 20 de janeiro. O [parecer](#) do Relator, deputado Lafayette de Andrada (REPUBLICANOS/MG), é pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Projeto de Lei nº 535/2020, apensado. Consta ainda o [substitutivo](#) do deputado Gilson Marques (NOVO/SC) ao [PL 4609/2020](#), que altera o art. 12-A da Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999, acrescentando parágrafos a fim de limitar a extensão da aplicação da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão - ADO.

CCJC poderá votar PL que trata sobre a competência dos Tribunais Regionais Eleitorais para proceder à totalização dos votos apurados na respectiva circunscrição: a Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC) se reúne nesta quarta-feira (09), às 11h, no Anexo II, Plenário 01, e poderá analisar o [PLP 10/2022](#) que dá nova redação aos incisos II e V do art. 197 do Código Eleitoral, para tornar ainda mais clara a competência dos Tribunais Regionais Eleitorais para proceder à totalização dos votos apurados na respectiva circunscrição. O [parecer](#) do relator, deputado Delegado Paulo Bilynskyj (PL/SP), é pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com emenda.

CCJC poderá votar prevenção e combate ao Superendividamento do Consumidor : está na pauta desta quarta-feira (09), às 11h, no plenário 01, o [PL 3156/2021](#), que dispõe sobre a prevenção e combate ao Superendividamento do Consumidor. O [parecer](#) do relator, deputado Patrus Ananias (PT/MG), é pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, na forma do Substitutivo da Comissão de Defesa do Consumidor.

CCJC poderá votar projetos sobre protestos de decisões judiciais e interposição de recurso adesivo no âmbito dos Juizados Especiais: consta na pauta desta quarta-feira (09), às 11h, no plenário 01, o [PL 1413/2023](#) que altera o Código Penal para dispensar permitir o protesto de decisão judicial transitada em julgada independentemente do decurso do prazo de pagamento voluntário. O [relatório](#) do deputado Eduardo Bismarck (PDT/CE), é pela aprovação, com substitutivo. Consta ainda na pauta o [PL 1223/2022](#) que trata da interposição de recurso adesivo no âmbito dos Juizados Especiais. O [relatório](#) do deputado Rubens Pereira Júnior (PT-MA), é pela aprovação, com substitutivo.



TRIBUTAÇÃO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CASP vota isenção de Imposto de Renda para o benefício especial de servidor com doença grave: a Comissão de Administração e Serviço Público (CASP) pautou para esta terça-feira (08), às 15h, no anexo II, plenário 08, o [parecer](#) favorável do deputado Prof. Reginaldo Veras (PV/DF) ao [PL 722/2023](#), que altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para conceder isenção do imposto de renda ao benefício especial de que trata a Lei nº 12.618/12, percebido pelos portadores de doenças graves. O projeto isenta do imposto de renda todas as parcelas a serem percebidas por **servidores federais** com doenças graves que optaram pelo regime de previdência complementar.



RELAÇÕES DE TRABALHO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CTRAB vota anistia a dirigentes ou representantes sindicais e trabalhadores punidos por participação em movimento reivindicatório: a Comissão de Trabalho (CTRAB) se reúne nesta quarta-feira (09), às 10h, no anexo II, plenário 12, para deliberar os itens de pauta. Destaca-se o [parecer](#) do deputado Alexandre Lindenmeyer (PT/RS), pela aprovação com emenda, ao [PL 7832/2014](#), que altera a Lei nº 10.790, de 28 de novembro de 2003, que concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais e trabalhadores punidos por participação em movimento reivindicatório, para ampliar o âmbito material, temporal e pessoal da anistia.

CTRAB vota a competência da Justiça do Trabalho e o registro sindical: a Comissão de Trabalho (CTRAB) se reúne nesta quarta-feira (09), às 10h, no anexo II, plenário 12, para deliberar os itens de pauta. Destaca-se o [substitutivo](#) do deputado Ossesio Silva (REPUBLICANOS/PE) pela aprovação do [PL 1663/2023](#), que revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43.



PREVIDÊNCIA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CASP vota debate sobre os impactos da proposta que trata da reforma da previdência dos estados e municípios (PEC 66/2023): a Comissão de Administração e Serviço Público (CASP) se reúne nesta terça-feira (08), às 15h, no anexo II, plenário 08, para deliberar os itens constantes em pauta. Entre eles, está o [REQ 84/2024](#) e o [REQ 95/2024](#), que requerem a realização de audiências Públicas destinadas ao debate das consequências da [PEC 66/23](#) para os servidores públicos estaduais e municipais. A proposta, além de outros pontos, altera o art. 40-A da CF, obrigando Estados, DF e Municípios a seguirem as mesmas regras de previdência da União, exceto se optarem por normas mais rígidas. Além disso, concede 18 meses para adequação das leis; caso contrário, as regras da União serão aplicadas automaticamente.

Impactos da PEC 66 para os servidores públicos estaduais e municipais: neste mesmo sentido, será deliberado também o [REQ 94/2024](#), que solicita a realização de Audiência Pública destinada ao debate das consequências da PEC 66/23 para os servidores públicos estaduais e municipais. **Constam como convidados: representante da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário nos Estados (FENAJUD);** Dr. Rudi Cassel, Especialista em Direito Previdenciário e Assessor Jurídico da FENASSOJAF; Rivana Ricarte, Presidente da Associação Nacional dos Defensores e Defensoras Públicas (ANADep); representante da Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais (FENAMP); representante do Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal de São Paulo (SINESP); e Vicente Braga, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do DF (ANAPE).

CPASF vota fim da cobrança e contribuição previdenciária dos servidores aposentados e pensionistas: a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF) se reúne nesta quarta-feira (09), às 14h, no Anexo II, Plenário 07, para deliberar os itens de pauta. Destaca-se o [REQ 65/2024](#), que solicita realização de audiência pública para discussão do

tema: “Fim da cobrança e contribuição previdenciária dos servidores aposentados e pensionistas”.



SEGURANÇA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CCJC poderá votar projeto que concede anistia a todos que tenha participado das manifestações do dia 30 de outubro de 2022: a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) se reúne nesta terça-feira (08), às 14h30, no plenário 01, com pauta única, o [PL 2858/2022](#) que concede anistia a todos os que tenham participado de manifestações em qualquer lugar do território nacional do dia 30 de outubro de 2022 ao dia de entrada em vigor desta Lei, nas condições que especifica. O [parecer](#) do deputado Rodrigo Valadares (UNIÃO/SE), é pela rejeição.